

Crise fecha 625 empresas em Brasília

No ano passado 625 empresas fecharam as portas no Distrito Federal, número 42,05% maior do que 1987, quando 440 firmas foram extintas. Estes dados constam do relatório de 1988 da Junta Comercial Local que informa, ainda, que a maioria das firmas que fecharam foi na área do comércio varejista e de prestação de serviços. No comércio varejista o total de firmas extintas foi de 451 — 180 individuais, 267 Ltda (limitada) e quatro cooperativas. No setor de prestações de serviços, as firmas fechadas foram 147, sendo 93 Ltda, 53 firmas individuais e uma cooperativa.

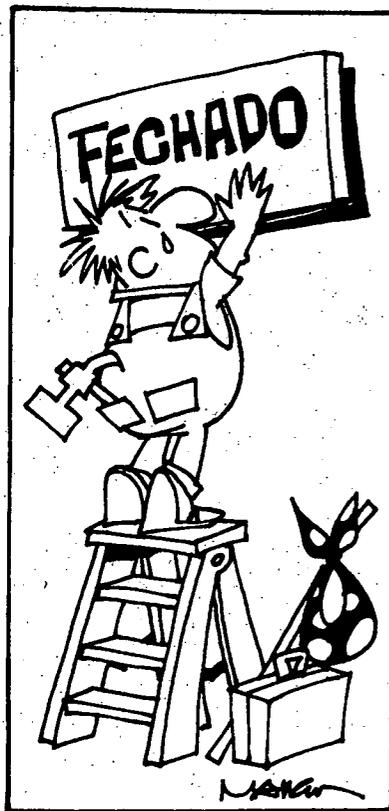
O número de falências e concordatas, entretanto, diminuiu. Enquanto em 87 as falências somavam 32, no ano passado este número caiu para 25 e as concordatas sofreram uma queda de 48 para oito. Só uma falência no ano passado atingiu uma firma individual, as 24 restantes ocorreram em empresas Ltda. e todas as concordatas se referiam a este tipo de empreendimento.

A constituição jurídica de empresas não revelou números animadores: a variação entre 87 e 88

foi de 0,09%, percentual que significa que 5.677 novas empresas foram abertas legalmente, no ano passado. Deste total, 3.963 se referiram à microempresas, número que corresponde a 69% do volume de constituições.

Apesar destes números, tanto a Associação Comercial do DF como a Associação dos Microempresários de Brasília, o Ministério da Indústria e Comércio, a Federação Nacional do Comércio e a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) desconsideraram os números da Junta Comercial do DF como indicador do desempenho do comércio em Brasília. A razão é simples: estima-se que existam mais de 50 mil empresas em Brasília entre micro, pequeno, médio e grande porte. A maioria das constituições, extinções, falências e concordatas de firmas, entretanto, ocorre fora do controle da Junta.

O presidente da Junta Comercial do DF, Carlos Carvalho admite esse fato, ressaltando que a maioria das micro, pequenas e algumas médias empresas de Brasília não estão registradas no órgão, a junta só registra os fechamentos de firmas que ocorrem através de processos jurídicos.



Agricultura salvou vendas

O congelamento das URPs de abril e maio para o funcionalismo público não afetou o desempenho do comércio do DF no ano passado. A afirmação é do presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Nuri Andraus, que informou ontem que ao contrário do que era esperado, em consequência da "política de arrocho salarial do Governo", o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) do DF no ano passado apresentou um crescimento real de 10%.

Enquanto a arrecadação de ICM em 1987 ficou em Cz\$ 4,8 bilhões, a de 1988 foi de Cz\$ 32,4 bilhões e a perspectiva da Secretaria de Finanças para este ano é que chegue aos NCz\$ 122 bilhões. Isto mostra, segundo o presidente da ACDF, que o comércio vem crescendo, apesar do arrocho imposto ao funcionalismo, setor que sozinho correspondia a 80% das vendas no comércio em Brasília.

O dinheiro que circulou no comércio em 1988, entretanto, não veio das compras realizadas pelo funcionalismo, de acordo com Nuri Andraus. "O que impediu uma queda nas vendas foi o crescimento do setor agrícola, que permitiu um bom desempenho nos setores de venda de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos e construção civil", disse, afirmando que os quatro assentamentos agrícolas realizados pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado em regiões próximas ao DF foram causa do aumento das vendas no comércio.

A razão disto é "simples", assinalou Andraus: "É a agricultura que incentiva o comércio e é este que promove a indústria". Os assentamentos agrícolas do cerrado são voltados, em sua maioria, para a produção de soja, produto com cotação elevada no mercado nacional e internacional, situação que, na opinião do presidente da ACDF, foi "providencial para o comércio".

Micro teme as demissões

As mais de 15 mil microempresas de Brasília tiveram um bom desempenho no ano passado, mas o setor teme que a efetivação das demissões de servidores públicos, proposta pelo Plano Verão, cause um impacto negativo nas vendas deste ano. Segundo o presidente da Associação das Microempresas do DF, Altair Maia, foi a ausência de demissões em massa no funcionalismo que favoreceu as microempresas ano passado, apesar do congelamento da URP.

"Em Brasília, houve o congelamento da URP do funcionalismo, mais não existiu aumento do desemprego, já que o Estado é o maior empregador", disse. De acordo com ele, foi esta situação que favoreceu a estabilidade do setor em 88, equilíbrio que poderá ser quebrado com as demissões do Plano Verão: "Brasília é a cidade com mais funcionários públicos do País. Por isso acredito que as dispensas trarão impacto negativo".